

[illegible]

Aurélio de Oliveira

Não haverá tempo para demonstrar o contrário de quase tudo do que consta como proposição e enunciado desta Secção, a não ser que estes finais do Antigo Regime pela maneira como se materializaram (em dificuldades económicas, financeiras e sociais) se transformaram ou forneceram a generalidade das condições, pela negativa, para as Revoltas que levaram às convulsões com que se implantou o primeiro liberalismo em Portugal. Até porque, em verdade, não se muda ou substitui o que vai bem ou está bem!

1. Correu durante muito tempo na generalidade da historiografia portuguesa (e parece que ainda vai correndo) uma muito lisonjeira e idílica imagem acerca dos finais do Antigo Regime em Portugal correntemente conotados com uma época de bem-estar e de prosperidade generalizada, desde os sectores primários aos secundários passando por um juízo político e moral também altamente favorável sobre o Reinado de D. Maria (continuado pela Regência. Isto é, até 1807). A “experiência” pombalina, afinal, não conduziu a nada (foi uma política sem política, ao acaso, atabalhoada pressionada e conduzida apenas pelo mero circunstancialismo cíclico dos sucessivos fracassos. (Vide Borges de Macedo, *Obras várias e da corrente que continua a seguir semelhante juízo e apreciação*). A regeneração política e institucional, como económica, é obra mariana – assim opina e escreve Caetano Beirão cujos ecos longínquos continuam a ecoar sobre esta ou estas correntes (Beirão 1944).

2. Alguns estudos mais recentes continuaram ou reforçaram mesmo esta opinião e esta visão idílica ou demasiado idílica da realidade económica e política portuguesa dos fins do Antigo Regime em Portugal. Tenho em mente principalmente Albert Silbert (Silbert 1972). Também com sequazes, afirma perentoriamente “pode falar-se à vontade de prosperidade económica nos finais do Antigo Regime”. Este autor, não obstante a sua autoridade entra, porém, em frequentes contradições por vezes em flagrantes contradições factuais e de apreciação. Contradições plasmadas em bloco, aliás, em outra das suas obras, onde parece desdizer-se tudo o que nas anteriores afirma quanto a prosperidade económica e bem-estar social como se vê pelos documentos e comentários em *Le Problème agraire portugais*.

Essas contradições vêm, por vezes, de longe e estão igualmente presentes em algumas obras verdadeiramente importantes de leitura imprescindível e obrigatória, de que Balbi é um bom exemplo. Frequentemente se toma este na sua globalidade, sem preocupações de grande apuro e análise crítica não reparando também nas grandes contradições que o mesmo plasma na sua obra.

3. O corolário é óbvio e em quase todas essas apreciações anda tácita ou explicitamente exposto: a destruição dessa prosperidade económica e social tem um responsável directo e praticamente

único e definitivo: as Invasões Francesas. Estas destruíram a indústria e a agricultura marianas, aniquilaram para sempre a muito louvada e sublinhada a prosperidade mercantil, efeitos da liberalização mariana (contrapondo-a à ditadura pombalina). Às necessidades de defesa se atribui, por vezes, a extraordinária derrocada financeira do Reino (mesmo em estudos muito recentes).

4. Não nos move, nem tem interesse aqui, procedermos a um análise crítica das obras de carácter económico (poucas, aliás,) que se escreveram sobre este período da economia portuguesa. Todavia, convém dizer-se que todas ou quase todas enfermam de problemas graves do ponto de vista de uma História e de uma mais correcta apreciação económica. E isto aplica-se mesmo à mais notável de todas elas, isto é, a de Albert Silbert sobre a agricultura do Portugal mediterrânico.

Silbert traçou-nos um magnífico e completo retrato do Portugal Mediterrânico. Sem dúvida, e com mão de mestre. Mas a História económica não se compõe nem se satisfaz com retratos e flashes pontuais por mais completos que sejam. Utiliza-os, mas não pode quedar-se nem pode limitar-se a eles. À História Económica interessam sobretudo os movimentos e os comportamentos sucessivos (isto é, em sucessão) onde se poderão localizar os ritmos sequenciais desdobrados em movimentos perscrutando, ciclos, sejam de curta, média ou longa duração – coisa que os estudos sincrónicos não permitem. História Económica tem por objectivo essencial a diacronia e o movimento ou os sucessivos retratos mas sempre que possível sequenciais.

Apenas três ou quatro dados para reflexão:

1. O sector primário

Desde 1979 que traçámos para agricultura portuguesa do Entre Douro e Minho (e, pelas dados comparativos, extensível a outras regiões) – o comportamento diacrónico deste sector desde 1600 ou 1620 a 1820. Aí se constatou e, por isso, aí se afirmou a presença de uma inegável crise do sector agrícola e da sociedade camponesa com situações pontuais, por vezes de extrema gravidade, desdizendo praticamente tudo o que se dizia ou afirmava sobre este sector tanto para o período pombalino, como para o período posterior isto é, até às vésperas das revoluções liberais. Apesar dos esforços de alguns procurando demolir o método e algumas afirmações, acabaram os mesmos por utilizar o mesmo método para confirmar, na prática, os resultados a que tínhamos chegado. Outros tomando por vezes dali afirmações sem citar a sua primeira

origem. Na sequência desse trabalho, (de 1979) surgiram e tem surgido outros. Nenhum deles chegou ainda a conclusões contrárias “encontrando” embora algumas discronias e disparidades que, a maior parte das vezes, o diferente tablado geográfico logicamente explica mas para as quais já havíamos chamado a atenção, detectando-as mesmo adentro do estrito quadro do Entre Douro e Minho. Está lá tudo bem referido e documentado. Pelo contrário, todos esses trabalhos têm alargado e confirmado os grandes movimentos desde então ali traçados.

Num pequeno mas importante estudo David Justino traçou para o conjunto da economia alentejana o quadro destes mesmos tempos, chegando à mesma conclusão: presença de crise generalizada na produção cerealífera alentejana (David Justino, *Crises e “decadência” na economia cerealífera alentejana no Séc. XVIII*. Em “Revista de História Económica e Social. N.º 7. (Janeiro-Junho). 1981-*vide também até 1820-22 A Formação do Espaço económico Nacional 1810-1913* Ed. Vega. Lisboa. 1989). Mais recentemente em outro estudo para a região Centro e das Beiras, João de Oliveira chega à mesma conclusão. Crise também presente neste quadro geográfico (João Nunes de Oliveira, *A Beira Alta de 1700 a 1840. Gentes e subsistências*. Coimbra. 1997. 2 vols.).

Isto para não falar em várias afirmações e conclusões do mesmo tipo feitas, aliás, por um dos responsáveis desta mesma proposição – Viriato Capela quando em 1987 percorreu sobre os bloqueios financeiros do Municipalismo dos fins do Antigo Regime numa tese que acompanhámos e dirigimos. (*Entre Douro e Minho 1750-1830. Finanças Administração e bloqueamentos estruturais no Portugal Moderno*. 3 vols. Braga. 1987). Por exemplo: “actividades comerciais... praticamente inexistentes” (II. 295). “Empobrecimento geral... (II. 527); “Agravamento da carga fiscal municipal e senhorial com o efeito documentado do agravamento das condições de produção e comercialização agrícola” (II. 529)... “com um pico particularmente grave em 1796-1806”; “Os inquéritos de 1796 ainda ensombrariam mais as cores desta crise campesina” (II. 533).

Nada disto nos trouxe novidade, mas é importante juntar mais esta convergência de dados e conclusões do autor aqui presente. Por sua vez, o quadro traçado pelos preços agrícolas e de alguns salários desde há muito traçado também por Magalhães Godinho, e outros por nós mesmo traçados e levantados para os géneros agrícola do Vale do Cávado, sublinham efectivamente estas modelações do tablado agrícola (Vitorino Magalhães Godinho, *Prix et Monnaies au Portugal. 1750-1850*. Paris. 1955; A. Oliveira *Elementos para a História dos preços. Alargado Demografia e preços agrícolas no ale do Cávado Durante o Antigo Regime*).

No sector agrário e campesino não pode mais manter-se as parcas e muito incompletas, para não dizer erradas, afirmações e opiniões que saíram de alguns daqueles autores. E isto desde o sector cerealífero ao sector vinhateiro, na verdade, o mais próspero e importante da agricultura portuguesa de Setecentos. Por outro lado, como aí se disse também, e como o temos várias vezes repetido, a crise está instalada neste sector muito antes das Invasões, que naturalmente acabaram por agravar o quadro. Mas não confundamos os momentos nem metamos todas as circunstâncias e causas no mesmo saco!

Em síntese, para não citar aqui outros trabalhos: um quadro generalizado de crise no sector agrícola, com dificuldades económicas e sociais assinaláveis que, de modo algum se compadece com situações de prosperidade. E, tudo antes das Invasões Francesas – como dizemos! (Remetemos para o comportamento das dizimarias dos mosteiros de S. Bento de Entre Douro e Minho em especial dizimarias de Tibães e colheitas dos passais. *A Abadia*. 1979. II. Para *Preços por todos*: Godinho. 1955).

2. A Indústria.

Impossível neste espaço proceder aqui uma análise suficientemente alargada.

Sendo o sector mais dinâmico da economia portuguesa da segunda metade de setecentos, de modo algum se compadece com uma situação de prosperidade nos tempos marianos, tenham muitos dito e afirmado o contrário.

Já o tínhamos também afirmado, mas estudos recentes por autores que têm conduzido trabalhos específicos, dispensam, por último, quaisquer outros comentários tornando verdadeiramente impossível depois desses estudos e investigações pronunciarmo-nos por prosperidades ou qualquer situação de *tak off* antes das Invasões francesas: isto é: um *take-off* que as Invasões guilhotinaram. Também aqui a crise, e bem grave, está instalada no sector (embora ele não seja totalmente homogéneo – como referimos).

Tomemos apenas duas ou três afirmações e uma ilustração numérica tomando os próprios dados quantitativos que os defensores da prosperidade utilizam para a ilustrarem e documentarem:

A pretendida prosperidade industrial dos fins do Século, a existir, assentou essencialmente no proteccionismo e no exclusivo do grande mercado consumidor que era o Brasil. Com dois

momentos mais marcantes: 1778/85; 1792/94. Pelo alvará de 1785 proíbe-se a instalação das Fábricas e Manufaturas no Brasil. Segue-se, depois, uma série de leis particularmente concentradas a partir de 1788, quase todas centradas no proteccionismo. Um segundo surto proteccionista se verificará a partir de 1792/94, desta feita traduzindo já a tentativa de ultrapassagem de dificuldades mais evidentes em vários sectores de actividade. E, agora, afectando mesmo a recente “inovação” da estamperia (isto é, dos “acabamentos” em que havia caído a generalidade produção têxtil nacional).

E deve dizer-se que estes anos de 1792-93 marcam para a generalidade dos sectores, o começo de dificuldades e estrangulamentos, (o desequilíbrio parece evidente desde 1794 patenteando debilidades estruturais que os surtos anteriores não foram capazes de debelar e que se traduzirão pela acumulação de dificuldades económicas e por vezes graves problemas sociais, em alguns centros ou núcleos “industriais”. Assinalam-se graves problemas na estamperia (em que caíra a produção têxtil) como resposta aos graves problemas, já instalados na tecelagem. Não há dinheiros, não há panos (não há fabrico); deficiências técnicas graves na generalidade das manufaturas, despedimentos, e fuga dos operários e oficiais até para as fábricas de Castela. Muita concorrência e contrabando estrangeiros. E, na verdade, os correspondentes diplomáticos assinalam por estes anos (1793) o “imenso contrabando” que está arruinando a produção nacional (*Darbant*. 26 de Julho de 1793. fl. 97. reforçando o testemunho dos nacionais).

Um novo surto proteccionista que de modo algum debela as dificuldades. Aliás, isso acontece motivado por essas mesmas dificuldades.

Há, de facto, algumas inovações mas, de qualquer modo, esse tímido movimento de renovação (com fraco investimento em maquinaria) terminará em 1806 (*Madureira*, 1997. 162) e isto não obstante as medidas de apoio à tecelagem nacional). O sector ficaria na dependência da importação e dos interesses de Inglaterra. (Passaríamos a uma quase *domestic system* em relação à produção inglesa sobre a produção nacional de que aquela aproveitaria, sobremaneira). Directa ou indirectamente os ingleses tomam conta desta produção nacional. “Apenas persistem algumas manufaturas de chitas tudo concorrendo, finalmente, para que a nossa fazenda estampada fosse em grande parte abandonada também” (João Freire, 1820. *Também*. Gomes, 1821).

As dificuldades não se concentram apenas no sector da manufaturas mais “prósperas”, atingem por vezes de modo bem grave a pequena produção e a produção oficial, como é mais que evidente no centro chapeleiro bracarense que, sobre uma situação próspera, não arranca

mas se afunda trazendo consigo graves problemas sociais. O mesmo nas ferragens e cutelarias vimaranenses como também no núcleo do Porto desde 1794/95.

Manifesta impossibilidade de apetrechamento e real incapacidade de competir com o estrangeiro. Os núcleos de ponta são remetidos para o sector dos “acabamentos” retratando, na verdade, uma falsa produção. “As fábricas da Covilhã transformam-se em oficinas de acabamentos. Quando se produz em quantidade ela não representa qualidade; antes pelo contrário, cai-se, envereda-se pelo fabrico (fácil), grosseiro (Madureira; 406-407; 404). O mesmo acontece às sedas de Trás-os Montes. “A carda, a fição e a tecelagem regressam completamente, ou quase, à produção caseira”.

Na viragem do Século o panorama parece mais drástico do que o que se tem pensado. Um subscrito de mestres “estampadores, abridores, coloristas e mais pessoas das estamparias” dão conta da miséria em que se encontram, referindo mais de 20.000 operários nesse sector, que na maior parte se acham sem ocupação e na miséria por ter cessado a maior parte do trabalho de todas as fábricas estabelecidas no Reino (A. Oliveira, *Braga dos Mesteres à Indústria*).

O esforço de alguma melhoria técnica não se repercutiu nos volumes e qualidade da produção.

Em síntese (que o tempo mais não consente): não se reúnem as condições para o arranque. Os males são estruturais e o sector fica enredado seriamente na sorte – próspera – do sector mercantil mostrando a debilidade da produção caucionada praticamente só pelo favor do privilégio e do favorecimento. Quando as matérias-primas encontram mercados (no exterior) mais compensadores ou quando se liberaliza o seu trânsito, o sector não encontra soluções compensatórias. Na verdade, tudo ou quase tudo o que laborava com lãs, do Alentejo às Beiras, está em queda ou grave decadência pelos princípios do Século. Dos produtos grossos aos finos: as sedas de Trás-os Montes, até aí prosperas, estão em dificuldades evidentes. Por outro lado, os apertos financeiros da Coroa irão ter directos reflexos no sector industrial: sobrecarregados com novos impostos em 1800 (com um imposto de 3% sobre a produção). O Mapa geral das Fábricas do Reino de 1802 (ainda que não contemplando todas as terras) apresenta, por todo o lado, a maioria das fábricas em decadência ou estacionárias com particular incidência no sector têxtil. Por 1800 a dinâmica e a “sorte” do sector ficou expressa em Southey “as fábricas estão de há muito a diminuir a sua opulência” (Pires, 118. Sublinhado nosso. Idêntico testemunho em J. Murphy. 1798. 35). Uma informação bem mais benéfica que o quadro negro traçado pelo Juiz de Fora da Covilhã em 1803 que assinala perdas na ordem dos 60% desde 1788 particularmente agravadas depois de 1793 (Dias, 1965. III. 475-476).

Difícil se tornará aceitar, nestas condições, uma prosperidade no sector, pelo menos nos termos em que tem vindo a ser sustentada por alguns. E, na verdade, uma produção que nem sequer satisfaz o principal mercado receptor (e reservado por decreto) – o Brasil – (como demonstrou Noia Pinto, mais uma vez contradizendo, aliás, afirmações de Borges de Macedo) a quem alguns acusam de ter proferido afirmações sem fundamento (Barreto. 1986. XXXV-XXXVI. LXIX).

Sustentar *take offs* nestas circunstâncias de produção e de mercado? Situação, por seu turno e a nosso ver, incomportável com quaisquer noções de prosperidade industrial (que alimentaria o mercantil). A não ser que a estagnação – o não dar perca – seja tomado como sinónimo de prosperidade (Neves, *Variedades*. 487). De qualquer modo, um estranho conceito de prosperidade!

Em balanço

Eis o testemunho por 1795: “com este procedimento a Fazenda Real está de todo aniquilado, as Fábricas já muito adiantadas com grande custo, vão a cahir de todo porque nem o Estado as sabe sustentar nem há confiança no Governo que anime os particulares a encarregar-se dellas” (A. Oliveira, 1974. 75).

“É lastimoso o estado em que nos encontramos a respeito de máquinas”; fazemos tudo á força de braços e de animais” – dizia Acúrsio Neves por 1820: O “sucesso” que se verificara na Covilhã, Lisboa, Tomar, Alcobaça ou Trás-os-Montes eram manifestamente insuficientes. Nem qualidade, nem preços competitivos (Neves, *Obras Completas*. vol. 3. 151; 290). “Faltam-nos as máquinas movidas ou por água ou por vento ou pelos vapores, com que se incrementem as artes” (Coutinho *Reflexões*. em José Viriato Capela, 1993. 278).

Por último, a convergência de outro testemunho: “as guerras vieram, tão só, arruinar as já poucas fábricas que apenas tínhamos” (Cardoso, em José Viriato Capela, 1993. 290).

Teríamos, no final, que assinalar que foi, sem dúvida, este o sector mais dinâmico da economia nacional da segunda metade do Século XVIII mas dificilmente se aceitará estarem reunidas as condições de um *take off* industrial. Em nenhum ponto desse percurso. É certo que Bombelles não viu tudo, mas a situação de contraste com o que conhecia de além fronteiras justificaria o peso das palavras: “A agricultura, o comércio a indústria vegetam: ...uma marinha (no dito sector em grande prosperidade) na decadência mais completa (Bombelles, 14).

Os resultados positivos registados nos finais do Centúria e inícios do novo Século, são de debanda estreita e são manifestamente insuficientes para traduzir um despreocupado estado de saúde (muito menos de prosperidade). O tecido industrial não mostra qualquer solidez orgânica-produtiva (Neves *Memória*. 130).

E, mais uma vez, a relação comparativa tem que estabelecer-se. Portugal não concorre nem exporta para nenhum país europeu os seus produtos industriais (salvo, talvez, o espaço da vizinha Galiza – e para alguns produtos). Exporta apenas para um espaço sempre protegido, “he certo que as nossas manufacturas somente no Reino e colonias podem ter consumo” (Vandelli, *Memoria em Oliveira*, 2003), e, fica testemunhado, que nem esse pequeno espaço económico é capaz de satisfazer.

Os resultados a que têm chegado os especialistas do sector são particularmente graves: Jorge Custódio chega a falar de desindustrialização: “Julgamos que se gerou nos finais do século XVIII e princípios do XIX um processo de desindustrialização que se manteve ainda como característica estrutural das dificuldades *para e no* crescimento e desenvolvimento industrial” posterior (Custódio, *Introdução à Memoria* 60).

O Sector mercantil.

Falemos, apenas, do comércio externo, por que o interno, praticamente não existia. Peias e entraves de todo o género. Falta de transportes e comunicações. De nacionais a estrangeiros é esse o diagnóstico geral. Não acumularemos aqui as citas e os testemunhos documentais:

“A falta de comercio interior é tão sensível em Portugal q a maior parte das províncias dependem da mediania das colheitas, porq estas aumentam o preço dos generos e lhe seguram o seu consumo. Pelo contrário no ano de colheita abundante ficam os lavradores vacilantes no consumo dos frutos da sua indústria por falta de boas estradas e canais navegáveis que facilitem a permutação dos géneros em que eles abundam. Isto se observa frequentemente em todo o Alentejo e nas terras dos confins de Trás os Montes. Na Província do Minho as abundantes colheitas fazem desaparecer quase todos os jornaleiros e se encontram poucos para fabricarem as terras” (em A. Oliveira, 1999).

O comércio externo.

No último quarto de século Portugal conseguiu em grande parte manter uma proveitosa neutralidade nos conflitos europeus que lhe seria benéfica ainda que em grande parte também apenas aparentemente proveitosa. Portugal pôde gozar, algum tempo, de neutralidade e, assim, até ensaiar novos mercados e clientes.

Todavia, apesar de Lisboa voltar a ser nos finais do Século um porto coalhado de navios, a esmagadora maioria não eram nacionais mas estrangeiros, navegando embora sob pavilhão português e muitos dos que saíam para o Brasil engrossando estatísticas, iam, simplesmente, de papo-seco! (Guinote, 2005).

Continuou a verificar-se a predominância de estranhos a coberto apenas da bandeira portuguesa. A participação directa ou directiva dos mercadores nacionais foi, na realidade, diminuta, iludindo em parte esse sinal de prosperidade alfandegária que muitos têm, a nosso ver, decantado e excessivamente empolado. Assim, a onda favorável desapareceria rapidamente depois de acabada a neutralidade. Em verdade, 1805 (antes da invasão directa) limita a prosperidade alfandegária. Praticamente tudo episódico e momentâneo.

Se é um facto que no mercado colonial (o Brasil) se reforçou a exportação de manufacturados de origem nacional, o grosso desse abastecimento fez-se a partir do estrangeiro: entre tanta prosperidade e enquanto se dispunha de condições altamente favoráveis, o fornecimento nacional não foi além dos 30%! Uma produção estruturalmente desequilibrada e obviamente bloqueada que se apagaria ao primeiro percalço: “o mercado exclusivo para as produções da nossa indústria era essencialmente o Brasil”.

Alguns dos analistas caem, aliás, em contradição ao ter de constatar que “a tentativa de diversificar as importações (que geralmente deveria ter contrapartida nas exportações) tinha redundado num fracasso e a Grã-Bretanha, mais uma vez, voltava a ser o fornecedor mais importante”.

A solidez não está alicerçada nos sectores internos. No geral das exportações portuguesas, apenas 15% era de origem metropolitana dos quais de 17% a 50%, de produtos alimentares básicos. Naturalmente os vinhos que levavam a parte de leão. Os “manufacturados” agrícolas praticamente não existem e, para os vinhos, não se fabrica sequer a arcaria e a garrafaria suficientes.

O têxtil linheiro que segurava a exportação e a “prosperidade” metropolitana para o Brasil, está em quebra desde 1803:” Esta prosperidade nem sequer deixou ressaibos. Desapareceria pura e simplesmente. É verdade que para isso muito contribuiria o tratado de 1810, mas o facto mostra também a verdadeira estrutura e natureza desde comércio vivendo em exclusivo de áreas dominadas, subdesenvolvidas e a quem lhes foi vedada a capacidade de produzir. O mercado europeu não existe nem para agricultura (salvo os vinhos) nem para a indústria nem para o comércio. Não há praticamente barcos nacionais por esses portos europeus!

Tentar traçar neste quadro estrutural (epidérmico, exterior, demasiado localizado com uma notória incapacidade de transporte nacional), uma situação de prosperidade comercial, afigura-se difícil para não dizer impossível por muito que isso contradiga a ideia vulgarizada de prosperidade económica e do sector em particular

Invoca-se o aumento de importação de materiais para construção naval como um sintoma de prosperidade no sector produtivo interno! Todavia, isso deveu-se à quebra da produção nacional e à incapacidade de competir com os estrangeiros (não significou reforço, mas dependência, incapacidade produtiva).

Consideremos mais alguns aspectos como a exportação

As lãs - um produto básico que deveria estar a empolar e a encher o sector produtivo - fugiam a um ritmo crítico: uma subida na fuga, entre 1796 e 1800, na ordem dos 108% (**Dados em Macedo, 198**). Ficou o algodão (que Inglaterra cada vez mais dispensou com a reposição do norte americano. Todavia, como não havia capacidade interna para a sua transformação industrial, o resultado foi a crise mercantil no sector).

Tomemos, finalmente, outro dado invocado como comprovante da “expansão” (e vale aqui para completar apreciação ao sector industrial): o número de peças manufacturadas, cada ano, (no centro industrial da Covilhã) entre 1758 e 1802. O que se verifica é um máximo atingido nos tempos pombalinos (entre 1772 e 1778) e depois uma quebra entre 1792 e 97. No remate, uma estagnação e uma ligeira recuperação em valores mais baixos até 1802 sem atingir os valores da época pombalina! Os volumes nominais expressos em réis / a subir no termómetro alfandegário, não assentou, pois, num incremento de fabrico:

Número de peças fabricadas na Covilhã

Entre 1772 e 1778 ... média 7.667

entre 1792 e 1797 7.152

(dados em Macedo. P. 201 repetidos por outros).

A situação volta a verificar-se noutra grande manufactura: a Fábrica de lençaria de Alcobaça - das mais modernas e modelares. Registar-se-á um crescimento contínuo até 1797 mas ficará em derrapagem sucessiva a partir desse ano (**Quadro, em Custódio, 55**).

O sector das sedas sublinha a mesma realidade a partir de 1800 a quota das sedas nacionais nas exportações para o Brasil entra em queda com a mesma perda no próprio mercado interno: “entre 1793 e 1813 a tecelagem em Bragança sofre uma perda enorme: de 178.000 metros na primeira data, cai para os 46.200” (**Madureira, 171-172; 401-402**).

Eis, por seu turno a Manufactura de Lisboa, que se apresenta como a mais próspera e sobretudo a mais resistente: O valor da seda manufacturada (e correspondente venda) sobe desde 1789 a 1794 para ir decaindo a partir desses anos em quebra moderada até 1797 mas, daí em diante, em queda acelerada e grave até 1803. Recuperando em valores baixos, continuará em queda até à véspera das Invasões. No sector dos galões a recessão e a crise é mais grave. Os valores vão praticamente em quebra sucessiva desde 1789 a 1806.

E será sempre necessária a contemplação entre preços nominais (que fazem subir as pautas) e as quantidades em géneros. O preço da exportação (que na realidade *figura* saldos favoráveis da Alfândega), pode não ter (e não tem) correspondência nas quantidades) (**Godinho, 1955, 263; 265**).

Valores de todo o comércio

Em tão “próspera” situação, a exportação de produtos do Reino representou apenas uns 37% com uma progressão muito mais lenta e mais estável (**Dados em Macedo, 202**). E, mais uma vez, dos internos, são os produtos naturais a levar o peso de leão e os coloniais a fazerem toda a diferença.

No total, 3/4 das exportações repousavam nos produtos do Brasil. E neste cômputo não entra o produto de maior valor que também alimentou e reforçou essa dependência mercantil - o trato do ouro e diamantes quer como objecto de comércio directo (de recâmbio em troca das mercadorias), quer ilícito e de contrabando (**Pinto, 1979**).

Nestes tratos, o Brasil apresentou-se sempre com déficit até 1816 (salvo quatro anos em que foi favorável: 1797, 1799, 1804 e 1808).

Os manufacturados pouco tempo substituíram os estrangeiros. Apresentam-se em queda para as colónias. Logo desde 1802, inclusive nos produtos mais importantes como era o têxtil do linho, (como já referimos) até 1807 e acentuar-se-ia depois, nesta circunstância verdadeiramente agravada com o início das Invasões.

Outros dados.

Com o estrangeiro, podemos dizer que o ano de 1800 inaugura uma série de alguns anos, em que Portugal viu a balança pender a seu favor até cerca de 1808. Todavia, deve sublinhar-se o que refere Teixeira de Moraes que nos deu estas balanças comerciais “o não ser (constituir) objecto considerável o sermos credores em 1 milhão de cruzados como acontece este ano de 1800”!

Desaparecido o quadro externo, a situação não só se reporia como se agravaria ainda mais! Nem sequer foi necessário esperar por 1810. Em 1801/2 a situação mostrava a brevidade e o falacioso do mercúrio alfandegário, ficando o surto praticamente guilhotinado depois de 1805. Quando, no ano 1808/1810, se abriram os portos à Inglaterra, tanta prosperidade comercial nada de sólido havia construído na metrópole apesar da reserva à *outrance* do círculo colonial e, o Brasil, não foi capaz de tomar sequer o lugar que lhe competiria, a avaliar pelos saldos positivos (ditos brilhantes) que anteriormente havia mostrado.

O incremento das exportações (relativamente às importações de alguns anos anteriores), tomados, com a tentativa em parte (momentaneamente conseguida) de diversificar mercados, parece, mesmo aos mais apologistas, frustrar: “a tentativa de diversificar importações (e mercados) tinha redundado num fracasso e a Grã-Bretanha, mais uma vez, voltava a ser o fornecedor mais importante, tal como na primeira metade do século XVIII. Só que, agora, a importância económica e militar de Portugal era bem menos significativa (Sideri. 183) e o poderio inglês enormemente acrescido.

Os saldos ou melhorados ou mesmo favoráveis deste conjunto de anos, ainda que tenha crescido o volume de algumas exportações, ficou sistematicamente a dever-se não à força de produção da metrópole, mas dos círculos coloniais e em torno das matérias primas. Foram eles que fizeram a “prosperidade” do Reino. Isto é, a cobertura só pôde ser feita com esses produtos coloniais a que, em alguns anos, se juntou a própria exportação de matérias-primas nacionais, como pode ser o caso das lãs (com manifesto descrédito para a indústria que não é capaz de as absorver e consumir – não obstante uma quebra na produção de lãs.

Recomposto o tablado internacional, assistiremos a um reforço da presença externa no fornecimento de produtos dos alimentares aos manufacturados.

Balbi foi dos primeiros a dar o sinal dessa prosperidade (“tanta prosperidade (mercantil, industrial e agrícola) desapareceu com a primeira invasão francesa em 1807”. Mas duas páginas à frente anota o que já acima fica dito: presença de dificuldades estruturais inultrapassadas da agricultura à indústria que, *tornam quase nulo o comercio interno de Portugal*”. E sobre o sector agrícola - para o qual também sublinhara prosperidades - acentua ainda mais o quadro negro - muito mais até do que já deixamos exposto: “*estado (simplesmente) deplorável da agricultura do Reino. Balbi., I. 409; 411. 412).*

Vejamos os valor do comércio dos manufacturados que serve também para o juízo sobre a produção industrial.

Vale a pena atentar nos números (que todos utilizam para cantar a prosperidade industrial e ao mesmo tempo sustentáculo em grande parte da sector mercantil.

Diz Balbi (e todos os que o seguem) “estes números (que constam no seu *Essai*) demonstram de modo incontestável o estado florescente da indústria portuguesa no começo do século actual (XIX) e mostra também claramente as nefastas consequências das invasões francesas e os efeitos do nefasto tratado com a Inglaterra” (I. 445). Outros retomaram o mote (alargando-a consideravelmente: “pode falar-se à vontade de prosperidade comercial tanto mais que entre em 1796, 1798, 1800 e até de 1800 a 1810 a balança comercial portuguesa com as nações estrangeiras mostra um saldo positivo”. (Silbert, *Entre outras* 1972. 46) (sem que a natureza e a estrutura mercantil desse saldo importe). Não é possível negar alguns desses saldos. Há todavia, que explicá-los e interpretá-los indagando da sua real natureza e significado.

Eis como estes mesmos números nos mostram muito mais:

De facto, um crescimento importante de 1796 até 1801/1802 (numa ordem de grandeza de 4 pontos (10-6): depois uma derrapagem constante e sucessiva a partir de 1801 (mas, na verdade, desde 1798 não fora o ano excepcional de 1799) e em queda até 1807 (numa ordem de grandeza superior a 7 pontos – muito mais que o crescimento anteriormente verificado). Tudo antes das Invasões. Estas estão efectivamente marcadas apenas em 1808). Valores nominais que, do máximo de 1801 (eliminamos o ano excepcional de 1799) para não tornar mais clara a quebra), a 1807. Uma quebra de uns 71/72%. Aliás, os dados acima referidos sobre o valor das peças manufacturadas, mostram o mesmo percurso, não igualando sequer os

valores (em natura) registados nos tempos pombalinos (embora a queda não seja nesta série tão visível). Fica patente o aspecto que temos vindo a sublinhar: o cuidado de diferenciar valores nominais e quantidades de produção (em natura): A comparação destas duas séries mostra-o claramente. Uma produção em recessão, no mínimo estagnada, produzindo – valores nominais em crescimento!

Tudo isto para um espaço colonial verdadeiramente desequilibrado e não diversificado: a natureza deste trato mercantil assentando maioritariamente nos têxteis que, como dissemos, estão em dificuldades crescentes, com os linhos, apenas, a favorecer a situação e a marcar a verdadeira natureza da produção têxtil nacional apoiada numa produção doméstica e familiar tradicional.

Em remate, ouçamos o apologista Balbi. “*Em nenhum tempo as embarcações portuguesas obtiveram vantagens em transportar produtos nacionais, ou favorecidas nos encargos em relação aos estrangeiros na entrada ou saída dos seus portos. Jamais tiveram o exclusivo de importação ou exportação dos produtos do Reino em qualquer artigo que fosse ao contrario do que aconteceu (e acontece) com as de outras nações que por isso construíram um estado florescente para as suas marinhas e seu comércio. O Governo português apenas dedicou interesse e protecção ao comercio colonial: Ásia, África e Brasil. Um tal sistema cumulado com mais inteligência, habilidade e traquejo, mais ricos e poderosos em capitais, cumulos ainda pelo crédito (fácil) dos seus bancos - totalmente desconhecidos em Portugal – e lhes falta também o outro crédito, isto é solidez das casas comerciais. E sem este capital de segurança e de confiança “não estabelece o grande comércio”. Causas que levaram a dar a todas as outras nações marítimas, sem excepção, uma supremacia incontestada, e a tomar quase por completo os portos de Portugal*”

“*Durante vários e sucessivos anos quase se não viram embarcações portuguesas em qualquer porto da Europa excepto naqueles em que decorreram a guerras entre a França e a Inglaterra, a Suécia e a Rússia, (como das guerras da independência da América) durante as quais Portugal se manteve neutral. Isto explica o porquê de 500 carregações que mantinha o comércio entre Portugal e o Báltico apenas 10 a 12 tinham bandeira portuguesa (mas mesmo estas podiam na verdade, não ser nacionais). A razão porque de 2.500 caixas de açúcar saídas, eram carreadas por embarcações estrangeiras para Hamburgo, o porquê, de nunca ter sido possível meter barcos portugueses na carreira de Génova, Livorno ou Veneza para os géneros coloniais que seguiam para Itália, o porquê de sempre se ter desprezado o comércio com as nações de Barberia, o porquê de se terem deixado assorear os portos nacionais Quando o monopólio do comercio colonial foi sendo derribado, os próprios géneros coloniais caíram nas mãos dessa navegação estrangeira em*

particular da Holanda e da Inglaterra e o comércio europeu totalmente tomado nas mãos desses estrangeiros. Um reduzido e impreparado corpo de marinha”; (Balbi, I. 463/64). Tudo isto com um afunilamento do quadro mercantil externo que sobrevive porque apenas protegido: “o giro dos negociantes portugueses limitavam-se a comprarem venderem e permutarem os géneros da América com os estrangeiros no mercado de Lisboa”. Carné exagera em alguns pontos do retrato, mas a afirmação de que Portugal se volveu num acessório das suas colónias traduzirá bem esta estranha situação mercantil dos fins do Antigo Regime (Carné, 12).

Perda em toda a linha até às Invasões, agravada nos portos secundários traduzindo a redução do tecido geográfico e o afunilamento económico face aos benefícios desta prosperidade alfandegária:

“*não fora o comercio privilegiado das colónias os portugueses não passariam de meros espectadores deste trato mercantil*” ... e neste comércio colonial fazem papel de quase simples transportadores (Helffinger, em Godinho, 342-343). “Uma armação fictícia e caduca” – (Dulac. II. 77-78).

Problemático nestas circunstanciais sustentar também uma verdadeira posição de *take off* e para este sector em particular, não obstante ser o mais próspero.

Nem havia músculo nem ossos que pudessem abalançar o Reino para o vôo do *take off*. Nada que represente o reforço de um tablado interno produtivo ou de reforço até das nossas estruturas de transporte ou de modernização mercantil. E o próprio maneio interno das mercadorias introduzidas ou exportadas, nos andava fora de mãos. Por consignatários ou por comissários, os ingleses iludiriam pura e simplesmente o período das guerras e regressariam em força passado o perigo: “passado o perigo os consignatários ingleses voltam à sua anterior posição dominante relegando os seus frágeis substitutos portugueses para a posição coadjuvante que anteriormente tinham”. Os grandes mercadores portugueses não são independentes mas “intimamente ligados ao tráfego inglês, sem independência, numa sequência de interesses comuns que lhes imobilizava qualquer iniciativa autónoma e lhes retirava capacidade para a formação de um corpo próprio de grandes consignatários nacionais” (Macedo, 1962. 90; 91-93. Passo mais esta contradição). Portugal “tem nas suas produções e nas suas vastas colónias elementos do mais variado comércio e (mas) desampara-o em mãos que o condenam à ociosidade e à miséria (Bourgoing. 1808).

Finalmente, fica ainda por determinar a prosperidade relativa do Reino, em relação às demais realidades europeias – que a prosperidade e os progressos se medem também por comparações relativas. Por aquilo que sabemos, uma disparidade sucessivamente agravada em todos os sectores.

A crise financeira

Poderíamos, por último, juntar outras facetas como a aflitiva crise financeira do Reino. A solução para lhe pôr cobro foi o recurso a mais impostos. Estrangulou-se ainda mais a produção interna. Tentou fabricar-se riqueza com a moeda de papel: engrossou a agiotagem mas arruinou-se muita gente. Factos que não se coadunam muito bem com um verdadeiro revigoração económico do País (ou até dos recursos da Coroa). É uma prosperidade de que não resulta investimento: não se atrai capital e o bom numerário em espécie foge do País. Esta cantada prosperidade não atrai a moeda! Espanta-a!

A situação de desordem das Finanças, acentuou-se nesta ponta final do Antigo Regime em que o saque e a delapidação, a má administração e corrupção, engordaram muita gente mas empobreceram, notoriamente, o Erário Público. Numa observação viperina (e de algum despeito) testemunhará Ratton (e não é dos mais violentos): “lucros enormes que dão de comer a muitos gulosos que bem repartidos podem produzir um exército de apaniguados e protectores de grande consideração” (Ratton 1973. 171). A desordem teve como resposta, delapidados os ingressos tradicionais, um agravamento geral dos impostos.

A permanência e agravamento das dificuldades obrigaram a sucessivos empréstimos. Fabricou-se então, muita riqueza com papel. Com o Papel-Moeda com a credibilidade em queda permanente, premonitória de rupturas e bancas-rotas. Segundo o testemunho de Acúrsio das Neves, “as maiores perturbações estavam estabelecidas na véspera da entrada dos Franceses em Portugal. Nefastas consequências para a esmagadora maioria da população e das actividades económicas. “Esta historia do primeiro papel-moeda (ou da moeda de papel) é uma história de um verdadeiro latrocínio que se fez ao público”; “gerador de miséria publica e moléstia gravissima”. “de lastimosas consequências sobre a agricultura e sobre a indústria” (de Vários. Vide Oliveira, 2007).

Também aqui a crise económica dos fins do Antigo Regime tem esta componente financeira muito importante.

No remate: também a realidade financeira dos finais do Antigo Regime em Portugal de modo algum permite a conclusão de uma época de prosperidade na economia portuguesa.

E em vez de prosperidade talvez o autor do retrato do Portugal dos fins do Antigo Regime, – (menos radical que Bombelles), traduza com mais precisão o real estado económico do Reino: “Exaqui o rezumo do perigozo estado em que se axa este Reyno, constituhido em hum letargo que parece sonno mas que realmente esta destituhido de forças e de espirito para poder rezistir a primeira enfermidade aguda que lhe sobrevier” (A. Oliveira, 1974). Testemunhava-se e escrevia-se isto em 1795, quando tempos mais carregados estavam ainda por surgir no horizonte!

Bibliografia. Obras aqui expressamente referidas:

- Balbi**, Adrien, *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal*. Paris. 1822.
- Barreto**, José, *Escritos económicos de Londres de Sebastião José de Carvalho e Melo*. Lisboa. 1986.
- Beirão**, Caetano D. Maria I. 1777-1792. *Subsídios para a revisão da história do seu reinado*. 3.^a ed. Lisboa. 1944.
- Bourgoing** Jean François, *Voyage du Duc de Chatelet en Portugal (c.1800-1807)*. Paris. 1808.
- Capela**, José Viriato Eiras, *Entre Douro e Minho 1750-1830. Finanças Administração e bloqueamentos estruturais no Portugal Moderno*. 3 vols. Braga. 1987.
- Cardoso**, Domingos José, *Memória com algumas reflexões económicas*. (1814) em José Viriato Capela, *Política, Administração, Finanças Públicas*. Braga 1993.
- Carné**, Marcein, *Le Portugal*. Coimbra. 1837.
- Custódio** Jorge, *Introdução à “Memoria sobre os meios de melhorar”...* (de J. Acúrsio das Neves).
- Coutinho**, D. Rodrigo de Sousa, *Reflexões políticas* (em José Viriato Capela, “Política, Administração, Finanças Públicas Portuguesas. Braga. 1993).
- Darbant**. *Memoire sur le Portugal*. (1793) Ms. Paris. Arch. des Affaires Étrangères. Portugal.
- Dias**, Luiz Fernando de Carvalho, *História dos Lanifícios*. (Documentos). Lisboa. 1965. Vol. III.
- Dulac**, António, *Vozes dos leaes portuguezes*. Lisboa. 1820.
- Fontana**, José, *La Quiebra de la Monarquia Absoluta (1814-1820)*. Barcelona. 1971.
- Freire**, João António, *Memória sobre o melhoramento da Nação. Agricultura e Industria*. Lisboa. 1820.
- Godinho**, Vitorino Magalhães. *Prix et Monnaies au Portugal. 1750-1850*. Paris. 1955.
- Gomes**, Francisco V. de Azevedo, *Projecto de melhoramento... das Artes, Manufacturas e Commercio*. Lisboa. 1821.
- Guinote**, Paulo (António Lopes, Eduardo Frutuoso e), *As frotas do Brasil no Atlântico no final do Antigo Regime*, em “O Espaço Atlântico de Antigo Regime”. Lisboa. 2005.

Helfflinger, *Notions générales sur le commerce de Portugal*, em Vitorino Magalhães Godinho, *Prix et Monnaies*. (cit. infra).

Justino, David, *Crises e “decadência” na economia cerealífera alentejana no Séc. XVIII*. Em “Revista de História Económica e Social. N.º 7. (Janeiro-Junho). 198.

– *A Formação do Espaço económico Nacional 1810-1913*. Lisboa. 1989.

Macedo, Borges de, *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*. Lisboa. 1963.

– *O Bloqueio Continental. Economia e Guerra Peninsular*. Lisboa. 1962.

Madureira, Nuno L., *Mercado e Privilégios. A Indústria Portuguesa entre 1750 e 1834*. Lisboa. 1997.

Massuellos, Francisco de Sousa Pinto, *Relação* (de 18 de Janeiro de 1803) (Ms do Arq. do MOP).

Murphy. *General Viw of The Statte of Portugal*. London. 1798.

Neves, José Acúrsio das, *Variedades sobre os objectos relativos às Artes Comercio e Manufacturas*. Obras Completas. Ed. Afrontamento. Porto. vol. 3. (Ver também Costódio).

Negociante, Anonimo, *Reflexoens sobre o estado actual de Portugal e sugestões para promover a industria nacional*. Lisboa. 1823.

Pinto, Virgílio Noya, *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo. 2.^a ed. 1979.

Ratton, Diogo, *Lettres a António de Araújo de Azevedo*. Ed. de Nuno Daupias d'Alcochete. Paris. 1973.

Ribeiro, Jorge Martins, *A Comunidade britânica do Porto durante as Invasões Francesas*. Porto. 1990.

Oliveira, Aurélio de, *A Abadia de Tibães 1630/80-1813. Propriedade exploração e produção agrícolas no Vale do Cávado durante o Antigo Regime*. Porto. 1979. 2 vols.

– *As Actividades económicas na Segunda metade de Setecentos* em “História de Portugal”. Direc. de Oliveira Marques. Prelo. 2007.

– *Braga dos Mesteres à Indústria. 1600-1820. VII. As Sedas*. Rev. “Bracara Augusta”. Ano 2003.

– “Discurso sobre o incanamento do Rio Tamega”. GEHVID. “Douro. Estudos e Documentos”. N. 14. 1. Porto. 1999.

– *Elementos para a História dos preços. na Região Bracarense*. Braga. 1973 (Versão alargada em *Demografia e preços agrícolas no ale do Cávado durante o Antigo Regime*. Prelo).

– *Mappa Histórico e Político do Reyno de Portugal* (1795). “Rev. da Faculdade de Letras”. IV. Porto. 1974.

Neves, José Acúrsio das, *Noções Económicas, Históricas e Administrativas sobre as Manufaturas das sedas*. “Obras Completas”. IV.

Oliveira, João Nunes de, *A Beira Alta de 1700 a 1840. Gentes e subsistências*. Coimbra. 1997. 2 vols.

Pires, Maria Laura Bettencourt, *Portugal visto pelos ingleses*. Lisboa. 1981.

Sideri, Sandro, *Comércio e Poder. Colonialismo informal nas relações anglo portuguesas*. Cosmos. Lisboa. 1970.

Silbert, Albert, *Le Portugal méditerranéen à la fin de l'Ancien Regime* (e outras principalmente *Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*. Liv. Horizonte. Lisboa. 1972.

– *Le Problème agraire portugais au temps des Premières Cortes Libérales (1821-23)*. Paris. 1968.

Vandelli, Domingos, *Memoria sobre a fabrica de linhos de* (Ms. em Aurélio de Oliveira, *Braga dos Mesteres à Indústria*. 2003).